

Banda larga maior depende de recursos e gestão articulada

Relatório da Comissão de Ciência e Tecnologia culpa cortes no orçamento por atraso na universalização da internet de alta velocidade no país. Plano Nacional de Banda Larga não atingiu meta para 2014

Marco Antonio Reis e André Fontenelle

REATIVADA EM 2010 para cuidar do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), a Telebras convive com restrições orçamentárias que dificultam a prometida universalização do acesso à internet rápida. Essa é uma das conclusões do relatório a ser apresentado hoje pelo senador Anibal Diniz (PT-AC), incumbido pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) de acompanhar a implantação do plano. Entre as recomendações do senador, está a de que o governo federal deixe de contingenciar recursos do orçamento do setor. “Estima-se que a execução orçamentária da Telebras relacionada ao PNBL nos últimos quatro anos tenha sido em torno de R\$ 284 milhões, ou seja, 7,7% do planejado”, afirma o relator.

A falta de recursos é uma das razões para que o país não alcance a meta de 35 milhões de residências com banda larga, ao preço de R\$ 35 por mês, ainda em 2014. É também por falta de dinheiro que o país está longe de conseguir levar a internet aos 4.278 municípios prometidos quando da aprovação do PNBL, em 2010. O volume de recursos investidos foi insuficiente para alcançar as metas, diz o relatório.

O senador apresenta formas de garantir dinheiro para a expansão da internet: incentivos fiscais para as empresas e uso de recursos dos fundos do setor, cuja arrecadação passou de R\$ 7 bilhões no ano passado. Com o uso de 85% desse valor para a universalização da banda larga, estima o senador, ainda restaria mais de R\$ 1 bilhão para garantir o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e para atividades de desenvolvimento tecnológico. “Mantido esse nível de investimento, o projeto completo de universalização da banda larga teria duração de 20 anos. Nos primeiros 8, todas as famílias brasileiras já desfrutariam de acesso à internet com velocidade mínima de 1 mega”, explica.

Mas não basta dinheiro. Para o senador, a universalização ainda patina porque também falta gestão coordenada. O Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital não se reúne desde 2010

nem apresenta os relatórios de acompanhamento do Plano de Banda Larga, exemplifica. Além disso, o Fórum Brasil Conectado, criado para reunir mais de 60 instituições de governos, sociedade civil e setor privado, está desativado. Anibal recomenda a divulgação sistemática do andamento das ações governamentais relacionadas ao PNBL e a publicação de relatório anual de avaliação do plano.

— Além do dinheiro, se não houver gestão, a coisa não vai. O tema é transversal e é preciso articular Telebras, Eletrobras, que possui a rede de fibra óptica, os órgãos do governo e a iniciativa privada em uma câmara setorial.

Desigualdade

Outro problema apontado por Anibal é que o chamado hiato digital deixa fora da rede mundial quase 40 milhões de famílias e, como em todos os indicadores socioeconômicos brasileiros, também penaliza de modo diferente, conforme renda e região: a exclusão é maior entre os mais pobres e nas regiões menos desenvolvidas.

Para minimizar o problema, o senador propõe a definição de metas regionais de investimento. Desse modo, as Regiões Norte e Nordeste, que hoje têm menor cobertura de internet, receberiam 62% dos recursos federais.

Já as desigualdades de renda seriam combatidas por meio da adoção de tarifas sociais, nos moldes do que ocorre com a energia elétrica. “Entre as famílias com renda de até 1 salário mínimo, o valor mensal de R\$ 35 acaba sendo mais elevado do que elas têm condições de pagar”, justifica Anibal. A proposta é utilizar o Cadastro Único de Programas Sociais para definir os beneficiários da tarifa reduzida.



Escola na Bahia: Nordeste, com pouca cobertura, teria mais recursos, propõe relator

O que diz o relatório

Conheça as recomendações de Anibal Diniz para a expansão da internet rápida

- Acesso à internet deve ser tratado como serviço público essencial, portanto, universal.
- Planejamento e acompanhamento articulados e de longo prazo das políticas públicas.
- Divulgação periódica de relatórios detalhados das ações do PNBL, permitindo o acompanhamento do processo de universalização.
- Ampliação dos investimentos públicos para alcançar a universalização em 20 anos.
- Estímulo à entrada de agentes públicos e privados, ampliando os investimentos e a oferta de serviços ao consumidor.
- Definição de metas de investimento para acelerar a redução das desigualdades regionais.
- Criação da tarifa social para o serviço de banda larga, usando os mesmos critérios das tarifas de energia.
- Reestruturação dos fundos do setor de telecomunicações.
- Ampliação dos investimentos públicos destinados ao lançamento de novos satélites de comunicação.
- Fortalecimento do papel institucional da Anatel, reforçando a regulação do setor e a fiscalização dos serviços.
- Revisão periódica das condições da oferta dos planos de banda larga popular.



Audiência pública em maio discute impacto do uso da frequência de 700 MHz para expansão da internet 4G: comissão promoveu vários debates sobre acesso à banda larga

Empresas pedem redução de impostos e menos burocracia para ampliar acesso

Para as empresas privadas do setor de telecomunicações, alterar a legislação é fundamental para aumentar o alcance do serviço de banda larga. Enquanto as operadoras pedem redução de impostos, as responsáveis pela infraestrutura apontam a necessidade de leis que reduzam a burocracia para a instalação de antenas e o uso de frequências de maior alcance.

Um ponto crucial, para as empresas, é a aprovação e a sanção da Lei Geral das Antenas, em tramitação no Senado. O PLS 293/2012 foi aprovado em novembro na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e está incluído na ordem do dia

do Plenário hoje. Ele cria norma nacional para a instalação de infraestrutura de telecomunicações, eliminando um problema considerado grave pelo setor: o emaranhado de leis municipais e estaduais regulando a questão. Wilson Cardoso, representante da área de telecomunicações da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), ilustra o problema dando um exemplo anedótico: — Hoje, enquanto uma cidade pede que a torre seja pintada de verde, a outra pede vermelho.

Cardoso, que é diretor de Tecnologia da Nokia para a América Latina, explica que em outros países já prevalece uma

regra única. Para ele, o serviço no Brasil tende a melhorar com a implantação, prevista para até 2018, da frequência de 700 MHz para a internet 4G.

— Ela permite atingir distâncias maiores a partir de uma torre única, o que é importante sobretudo em zonas rurais, sustenta a associação.

Eduardo Levy, presidente-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), aponta os impostos como um entrave à disseminação do serviço — chegam a 43% do valor dos serviços de telecomunicações, segundo ele. Mesmo assim, ressalva, as

empresas do setor têm cumprido os compromissos estabelecidos com a Anatel. De acordo com o Sinditelebrasil, até setembro deste ano 4.912 municípios tinham oferta de banda larga de 1 megabyte por segundo a um preço máximo de R\$ 35 mensais. A meta é atingir 5.385 municípios até dezembro de 2015.

Para o senador Anibal Diniz, porém, os números apresentados pelas empresas não contam toda a história.

— Não podemos dizer que esse acesso é efetivo. Elas apresentam relatórios muito otimistas, mas nós, ao constarmos in loco, percebemos que isso não bate integralmente.

Serviço deveria ser considerado essencial, segundo órgãos de defesa do consumidor

A atualização da Lei Geral de Telecomunicações é necessária para que a população tenha acesso a uma banda larga de qualidade, na visão das entidades da sociedade civil. Para a Proteste, uma das principais associações de defesa do consumidor no país, o setor evoluiu muito e a lei, sancionada em 1997, ficou defasada. Não leva em conta, por exemplo, o fato de cada vez mais usuários acessarem a internet por dispositivos móveis, como tablets e smartphones.

Mesmo a lei atual (Lei 9.472, de 1997) não está sendo inte-

gramente cumprida, segundo a advogada Flávia Lefèvre, conselheira da Proteste. Ela cita o parágrafo 1º do artigo 65, que afirma: “Não serão deixadas à exploração apenas em regime privado as modalidades de serviço de interesse coletivo que, sendo essenciais, estejam sujeitas a deveres de universalização.”

Para ela, a banda larga está entre esses serviços essenciais e de interesse coletivo. Isso é dever do Estado, diz a advogada.

Para Flávia, que também é representante do terceiro setor no Comitê Gestor da Internet no

Brasil, a insatisfação dos usuários com os serviços de banda larga não surpreende:

— As empresas investem onde já existe grande concentração de consumidores e de renda.

O resultado, segundo ela, é que a maioria da população tem acesso a planos “chifrins”. As empresas, acrescenta, são muito lentas na instalação da chamada última milha, a conexão final que permite ao usuário acessar a infraestrutura instalada. E, quando não boicotam os planos básicos, as empresas propõem venda casada, acusa.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) também defende que a banda larga seja considerada serviço essencial, o que obrigaria a União a investir na universalização.

— A ideia é que houvesse regimes público e privado concomitantes, um regime público que resultasse em obrigações na última milha para os provedores com um plano básico que garantisse uma utilização razoável da internet — disse a advogada do Idec Veridiana Alimonti em reunião na Comissão de Ciência e Tecnologia, em novembro.

Pesquisa mostra que população ainda está desinformada

Apenas um terço dos potenciais beneficiários do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) já ouviu falar da política pública, lançada em 2010 e cujo objetivo é levar acesso rápido à internet para 35 milhões de famílias, a um preço máximo de R\$ 35. Essa é uma das conclusões de pesquisa do DataSenado sobre os serviços de banda larga.

O DataSenado ouviu 809 pessoas, em todos os estados, mas fora das capitais, entre 29 de outubro e 12 de novembro.

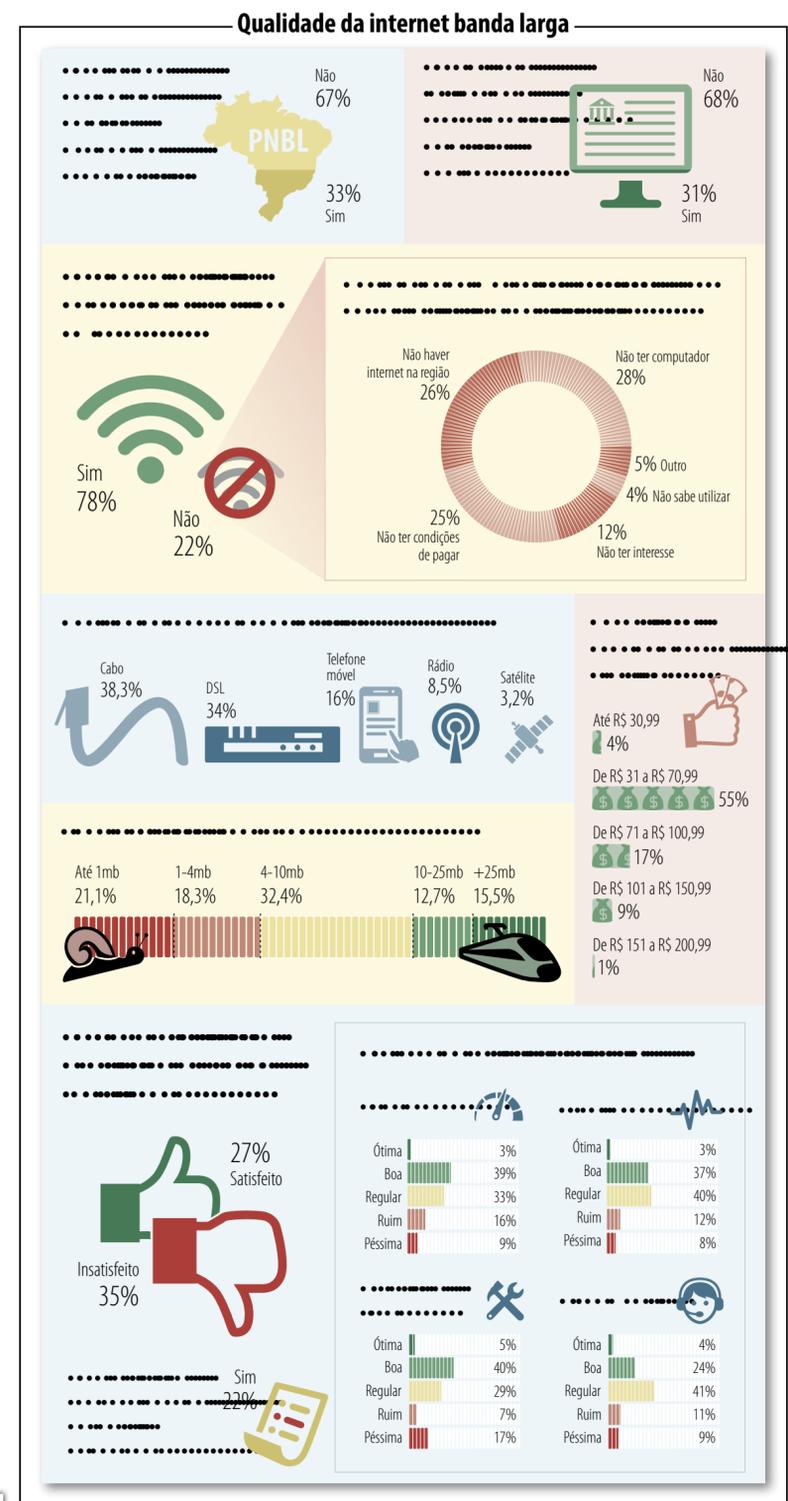
O interesse é pequeno mesmo entre aqueles que já ouviram falar do plano: 98% nunca tentaram contratar um serviço de acesso por meio do PNBL.

— É um indicio de que o programa poderia ser ampliado e de aparente necessidade de maior divulgação — avalia o estatístico do DataSenado Marcos Oliveira.

A pesquisa mostrou desníveis regionais. Apenas 11% dos pesquisados na Região Sul declararam não ter internet em casa, contra 43% na Região Norte.

Entre os que não têm acesso, 25% culpam a falta de dinheiro, dizendo não ter como pagar pelo serviço, e 28% afirmam não ter computador. Para 26%, a razão é a simples ausência do serviço onde moram.

Já 29% dos usuários nem sequer sabem a velocidade contratada. A qualidade do serviço é considerada satisfatória por apenas 27%. Os principais problemas apontados são a estabilidade da conexão e a velocidade da transmissão de dados.



Fonte: DataSenado

Saiba mais

Os órgãos reguladores e de defesa do consumidor mantêm serviços de orientação para os usuários de telecomunicações:

Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações)
site: www.anatel.gov.br
telefone: 1331 (gratuito)
pessoalmente: nas gerências regionais de cada estado

Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor)
site: www.idec.org.br
telefone: (11) 3874-2150

Proteste
telefone: (11) 4003-3906 (São Paulo) e (21) 3906-3800 (outros estados)
site: www.proteste.org.br